

4 JUN 1985 JORNAL DO BRASIL O Presidente e os economistas

QUEM lê o resumo dos debates na Granja do Torto entre o Presidente da República e um grupo de economistas fica com uma penosa impressão de *déjà vu*. A necessidade de elevar tributos, baixar juros e deixar a obtenção de dinheiro novo para depois dos acertos básicos da dívida constituem alguma coisa em torno do óbvio.

O problema dos juros mostra claramente o nível de superficialidade das conclusões. Assim, a política de controle da inflação por via monetária (posição Dornelles — Lemgruber) implica quase necessariamente a elevação de juros reais. Taxas elevadas de juros são, no entanto, incompatíveis com a imediata retomada do desenvolvimento (desejada por Sayad). Como resolver o conflito? Nada se propôs a respeito.

Independentemente disso, o primeiro passo para se obter uma queda de juros é identificar as causas de suas altas taxas. Decorrem elas da necessidade de igualar juros internos e externos (estes, inflacionados para cobrir o risco de eventual maxidesvalorização do cruzeiro) ou sua causa se acha nos elevados custos administrativos de captação da rede bancária (12% a 13% ao ano)? Conforme a resposta, as medidas corretoras apropriadas são completamente diferentes. E em nenhum caso se confundem com a esdrúxula proposta, consistente em atuar sobre efeitos ignorando causas, de se reduzir compulsória e gradativamente a correção monetária.

Mais surpreendente que a obviedade das conclusões foi o fato de não se ter aparentemente tocado em teses que alguns participantes da reunião vêm sustentando em artigos, entrevistas e conferências: assim M. H. Simonsen (com base nas idéias de Lara Rezende) defende a criação de nova moeda vinculada à ORTN; Antônio Dias Leite

sugere acabar com a inflação em cem dias, mediante ajustamento prévio de preços relativos e tabelamento consecutivo; Ulysses Guimarães (representado no caso pelos dois economistas de Campinas) defende uma capitalização de juros da dívida externa com o uso da contrapartida em cruzeiros em planos de tipo social. Estas são concepções que, certas ou erradas, vão ao cerne da atual problemática econômica. Por que não foram discutidas?

A meu ver, a reunião fracassou porque de forma alguma poderia ter dado certo. De fato, a política econômica, como estratégia militar, exige um comando único. É difícil dizer-se *a priori* que general defende a melhor estratégia. A entrega da guerra a um único responsável garante todavia que, pelo menos, as ações serão concatenadas. Ou seja, é melhor uma batalha dirigida por um único comandante medíocre do que orientada, ao mesmo tempo, por seis brilhantes generais.

Se estou certo, o que o Presidente Sarney deveria fazer, em vez de reuniões no Torto, era selecionar seu estrategista econômico. Este deveria, é certo, ser escolhido com cuidado para aumentar a probabilidade de uma seleção correta. Uma vez, contudo, feita a opção, e definidos pelo Presidente os objetivos e condicionantes políticos da estratégia a ser seguida, esta deveria ficar inteiramente a cargo do eleito.

Os erros que ele porventura venha a cometer serão menos nocivos que os resultantes de uma política econômica, como a atual, carente de uma orientação única e centralizada.

JOÃO PAULO DE ALMEIDA MAGALHÃES

Professor da UFRJ
